abbip
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS
PRODUTORES INDEPENDENTES
DE PETRÓLEO E GÁS

AGENDA DOS PRODUTORES INDEPENDENTES DE O&G PARA A BAHIA



Propostas para **fortalecer a segurança energética**, ampliar a produção nacional de petróleo e gás natural e **promover o desenvolvimento regional**.

OS **PRODUTORES INDEPENDENTES** NAS **AGENDAS ESTADUAIS**

2026



Sumário

APRESENTAÇÃO 4

SUMÁRIO EXECUTIVO 6

EIXOS ESTRATÉGICOS 8

BAHIA 13

MAPA LEGISLATIVO DE APOIO 17

COMPROMISSO PARA OS PRIMEIROS 100 DIAS DE GOVERNO 20

CONSIDERAÇÕES FINAIS 22



1. APRESENTAÇÃO

A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP) apresenta esta Agenda como contribuição ao debate sobre o papel dos estados na construção de um ambiente energético competitivo, capaz de impulsionar investimentos, empregos e desenvolvimento regional.

Fundada em 2007, a ABPIP representa empresas independentes de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural e atua em defesa de um ambiente regulatório estável e previsível, que estimule investimentos e fortaleça a produção nacional. A produção independente desempenha papel relevante na revitalização de campos maduros e de economicidade marginal, contribuindo para preservar infraestrutura, empregos, arrecadação e atividade econômica nas regiões produtoras.

POR QUE UMA AGENDA ESTADUAL PARA PETRÓLEO E GÁS?

Embora a exploração e produção de petróleo e gás natural sejam reguladas principalmente pela União, os estados têm papel relevante na criação das condições para a realização dos investimentos e a geração de valor a partir desses recursos. Tributação, licenciamento ambiental, infraestrutura, mercado de gás natural, qualificação profissional e ambiente de negócios são alguns dos fatores sob influência estadual que afetam diretamente a atividade.

Nesse contexto, petróleo, gás natural e energia são instrumentos de competitividade, industrialização e desenvolvimento regional.

POR QUE ESTA AGENDA É IMPORTANTE PARA A BAHIA?

A Bahia possui trajetória histórica na indústria brasileira de petróleo e gás natural e reúne uma cadeia relevante de produção, processamento, infraestrutura, fornecedores e serviços especializados, com destaque para a Bacia do Recôncavo e para o potencial exploratório e de produção de gás da Bacia de Tucano.

A presença de campos maduros e de produtores independentes cria oportunidades para prolongar a vida produtiva dos ativos, preservar infraestrutura, empregos e arrecadação e atrair novos investimentos para regiões tradicionalmente vinculadas à atividade.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do mercado de gás natural e a integração entre produção, infraestrutura e consumo industrial podem ampliar a competitividade da economia baiana e criar oportunidades de desenvolvimento regional.

A Agenda dos Produtores Independentes apresenta propostas para que a Bahia fortaleça sua vocação energética, amplie a competitividade dos investimentos e transforme petróleo e gás natural em instrumentos de geração de empregos, renda e desenvolvimento.



2. SUMÁRIO EXECUTIVO



Os estados brasileiros possuem diferentes vocações energéticas e oportunidades de desenvolvimento associadas ao petróleo, ao gás natural e à infraestrutura.

A transformação desse potencial em investimentos, empregos e desenvolvimento depende, em parte, das condições oferecidas pelos próprios estados. Infraestrutura, regulação, licenciamento ambiental, funcionamento dos mercados de gás natural e disponibilidade de mão de obra qualificada influenciam diretamente as decisões de investimento.

A produção independente e os campos maduros contribuem para preservar empregos, infraestrutura e arrecadação em diversas regiões. O gás natural, por sua vez, pode ampliar a competitividade da indústria, estimular novos investimentos e apoiar uma transição energética segura e economicamente sustentável.

Para aproveitar esse potencial, a ABPIP propõe que os próximos governos estaduais assumam quatro compromissos estratégicos:

1. Revitalizar a produção e transformar petróleo e gás em desenvolvimento regional

Criar condições para prolongar a vida produtiva dos campos maduros, aumentar o fator de recuperação, preservar infraestrutura e ampliar investimentos nas regiões produtoras.

2. Transformar o gás natural em vantagem competitiva para a Bahia

Aprofundar a abertura do mercado, ampliar o acesso à infraestrutura, estimular novos consumidores e utilizar o gás produzido no Estado como instrumento de industrialização e interiorização do desenvolvimento.

3. Modernizar o ambiente de negócios

Tornar o licenciamento mais célere e previsível, reduzir burocracia, fortalecer as instituições estaduais e garantir segurança jurídica e competitividade tributária.

4. Desenvolver fornecedores, pessoas e tecnologia

Aumentar a participação de empresas baianas na cadeia de petróleo, gás e energia, ampliar a qualificação profissional e estimular inovação aplicada às necessidades da indústria.



3.
EIXOS ESTRATÉGICOS



EIXO 1

Produção de petróleo e gás e desenvolvimento regional

A continuidade da produção de petróleo e gás natural contribui para a segurança energética, a geração de empregos, a arrecadação e o desenvolvimento das regiões produtoras.

Campos maduros, áreas de economicidade marginal e ativos de menor porte ainda possuem potencial para ampliar a produção, prolongar a vida útil dos ativos e atrair novos investimentos. A continuidade dessas operações também preserva infraestrutura, fortalece fornecedores e movimenta as economias locais.

Os estados podem contribuir diretamente para esse processo por meio de licenciamento eficiente, infraestrutura adequada, qualificação profissional, desenvolvimento de fornecedores e articulação com municípios e órgãos federais.

Objetivo estratégico

- Criar um Programa Estadual de Revitalização da Bacia do Recôncavo, ao desenvolvimento dos ativos de economicidade marginal e ao estímulo à atividade exploratória.
- Diretrizes para o próximo governo estadual
- Criar um Programa Estadual de Revitalização da Bacia do Recôncavo.
- Inserir petróleo e gás natural nas estratégias estaduais de desenvolvimento econômico e regional.
- Mapear ativos, regiões produtoras e principais gargalos estaduais à continuidade dos investimentos.
- Criar programa estadual de apoio à revitalização de campos maduros, áreas de economicidade marginal e ativos terrestres.
- Priorizar infraestrutura e soluções logísticas necessárias à manutenção e expansão das atividades produtivas.
- Estabelecer agenda permanente de articulação com ANP, Ministério de Minas e Energia e demais órgãos federais para destravar investimentos.
- Apoiar municípios produtores no planejamento de longo prazo e na diversificação econômica.
- Estimular fornecedores locais, qualificação profissional e inovação nas regiões produtoras.

Resultados esperados

- Preservação e ampliação da produção de petróleo e gás natural.
- Atração de investimentos e geração de empregos.
- Fortalecimento das cadeias produtivas estaduais.
- Melhor aproveitamento da infraestrutura existente.
- Ampliação da arrecadação e do desenvolvimento regional.

EIXO 2

Gás natural como vetor de competitividade e industrialização

O gás natural é insumo estratégico para a competitividade industrial e para a segurança energética. Sua utilização alcança setores como indústria, geração de energia, agroindústria, fertilizantes e transporte.

Mercados estaduais mais abertos, transparentes e eficientes podem reduzir custos, estimular novos investimentos, ampliar a utilização da infraestrutura existente e promover a interiorização do desenvolvimento.

A atuação dos estados é especialmente relevante na regulação do gás canalizado, na atuação das agências reguladoras, na expansão da infraestrutura e na criação de condições para o desenvolvimento do mercado livre.

Objetivo estratégico

- Ampliar a oferta, a concorrência e o consumo de gás natural, utilizando o energético como instrumento de industrialização e desenvolvimento regional.
- Diretrizes para o próximo governo estadual
- Implementar, no âmbito estadual, os princípios de abertura e concorrência previstos na Nova Lei do Gás.
- Ampliar a liberdade de contratação e reduzir barreiras à migração de consumidores para o mercado livre.
- Garantir transparência e previsibilidade na formação das tarifas de gás canalizado.
- Fortalecer tecnicamente as agências reguladoras estaduais e aprimorar a governança do mercado.
- Estimular a expansão da infraestrutura de distribuição, priorizando regiões industriais e áreas com potencial de novos investimentos.
- Incentivar o aproveitamento comercial do gás produzido por operadores independentes e a interiorização do consumo.
- Integrar o gás natural às estratégias estaduais de desenvolvimento industrial, infraestrutura e transição energética.

Resultados esperados

- Maior competitividade energética.
- Redução dos custos para consumidores industriais.
- Maior concorrência e eficiência no mercado de gás.
- Expansão da infraestrutura e do consumo.
- Atração de novos investimentos industriais.
- Interiorização do desenvolvimento econômico.



EIXO 3

Ambiente de negócios, segurança jurídica e licenciamento

Investimentos em energia e infraestrutura possuem ciclos longos e exigem estabilidade regulatória, eficiência administrativa e segurança jurídica.

Processos demorados, exigências redundantes e incertezas regulatórias elevam custos e reduzem a atratividade dos estados. Ao mesmo tempo, o licenciamento ambiental deve conciliar proteção ambiental, eficiência e previsibilidade, com procedimentos proporcionais aos riscos de cada empreendimento.

Objetivo estratégico

Consolidar um ambiente institucional moderno, previsível, transparente e eficiente, capaz de assegurar segurança jurídica, proteção ambiental e maior atratividade para investimentos.

- Atualizar o marco estadual de licenciamento ambiental, com foco na digitalização, simplificação, modernização e celeridade dos processos, em alinhamento com a Lei Federal nº 15.190/2025 e as demais normas aplicáveis.
- Fortalecer as agências reguladoras estaduais, assegurando autonomia técnica, estrutura adequada e capacidade operacional.
- Garantir respeito aos contratos, estabilidade institucional e maior previsibilidade das decisões administrativas.
- Adotar exigências proporcionais ao porte, risco e complexidade dos empreendimentos, evitando duplicidades.
- Fortalecer a capacidade técnica do INEMA e integrar sua atuação com agências reguladoras e áreas de desenvolvimento econômico e infraestrutura.
- Ampliar a transparência dos processos regulatórios e de licenciamento por meio de informações e indicadores públicos e avaliar impactos econômicos de novos encargos e obrigações estaduais.
- Elaborar plano estadual de infraestrutura energética integrado às estratégias de desenvolvimento econômico e industrial.

Resultados esperados

- Maior segurança jurídica e previsibilidade regulatória.
- Redução de custos e atrasos administrativos.
- Maior eficiência dos processos de licenciamento.
- Manutenção de elevados padrões de proteção ambiental.
- Fortalecimento das instituições estaduais.
- Maior confiança e atração de investimentos.



EIXO 4
Fornecedores, qualificação e inovação

A cadeia de petróleo e gás gera oportunidades em engenharia, manutenção, logística, tecnologia, meio ambiente, construção, automação e diversas atividades especializadas.

O fortalecimento de empresas e trabalhadores locais permite ampliar os benefícios econômicos dos investimentos e aumentar a retenção de renda nos estados. Para isso, é necessário aproximar empresas, governo, municípios, universidades e instituições de ensino.

Objetivo estratégico

- Ampliar a participação de empresas e trabalhadores locais na cadeia de petróleo, gás natural e energia, fortalecendo competências, inovação e desenvolvimento tecnológico.
- Diretrizes para o próximo governo estadual
- Criar programa estadual de desenvolvimento de fornecedores para as cadeias de petróleo, gás natural e energia.
- Mapear demandas de bens, serviços e profissionais e promover rodadas de negócios entre operadores e fornecedores locais.
- Integrar universidades, institutos federais, escolas técnicas e Sistema S às necessidades da indústria.
- Desenvolver programas de qualificação profissional e apoiar a certificação de empresas regionais.
- Estimular inovação aplicada à produção independente, campos maduros, produção terrestre, gás natural e eficiência operacional.
- Promover parcerias entre empresas, universidades e centros de pesquisa.
- Criar fórum estadual permanente de petróleo, gás natural e energia para articular governo, empresas, municípios e instituições.

Resultados esperados

- Geração de empregos qualificados.
- Maior retenção de renda no estado.
- Fortalecimento de pequenas e médias empresas.
- Ampliação da competitividade da cadeia local.
- Estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.
- Maior integração entre setor produtivo e instituições de ensino.





4. BAHIA

A Bahia ocupa posição histórica e estratégica na indústria brasileira de petróleo e gás natural. Foi no Estado que a descoberta de petróleo em Lobato, em 1939, marcou o início da indústria petrolífera nacional e onde, poucos anos depois, a descoberta do Campo de Candeias consolidou a produção comercial de petróleo no País. A Bacia do Recôncavo tornou-se, assim, uma das principais bases históricas da produção terrestre brasileira e da formação da indústria de petróleo, refino e gás natural no Brasil.

O Estado reúne produção terrestre relevante, infraestrutura de processamento, refino e escoamento, além de uma cadeia consolidada de fornecedores e serviços associados à atividade. O desenvolvimento da indústria petrolífera também teve papel relevante na transformação econômica do Recôncavo e na formação de importantes polos industriais da Bahia.

Hoje, essa história entra em uma nova fase. A Bacia do Recôncavo concentra grande número de campos maduros e tornou-se referência para a atuação de produtores independentes, que desempenham papel relevante na revitalização de ativos, na continuidade da produção e na preservação da atividade econômica nas regiões produtoras.

Além do Recôncavo, a Bacia de Tucano é fronteira exploratória relevante para a expansão da produção de gás natural no Estado. A ampliação do conhecimento geológico e da atividade exploratória pode abrir novas oportunidades de investimento e ampliar a presença da indústria no interior baiano.

O desafio para o próximo Governo Estadual será consolidar um ambiente competitivo, previsível e favorável aos investimentos, fortalecendo a segurança jurídica, a eficiência do licenciamento ambiental, a abertura do mercado de gás natural e as condições para prolongar a vida produtiva dos ativos.

4.1 A atuação dos produtores independentes na Bahia

A Bahia possui forte presença de produtores independentes, especialmente em operações terrestres. Esses operadores têm papel central na revitalização de campos maduros, na otimização da infraestrutura existente e na continuidade de ativos que demandam eficiência operacional e disciplina de custos.

Sua atuação contribui para preservar empregos, fornecedores e infraestrutura, manter a atividade econômica nas regiões produtoras e gerar receitas para o Estado e os municípios por meio de royalties e demais efeitos econômicos da cadeia.

Os dados demonstram a relevância dos produtores independentes para a economia baiana e reforçam a importância de políticas estaduais voltadas à competitividade, à atração de investimentos e à preservação da atividade produtiva em campos maduros e de economicidade marginal.

Dados da produção independente na Bahia:

2025

Produtores independentes	**+10**
Produção média de petróleo e gás	**+30 mil boe/d**
Produção média de petróleo	**+10 mil bbl/d**
Produção média de gás natural	**+3.128 milhões de m³/d**
Royalties distribuídos no Estado	**R$ 196,128 milhões**

4.2 Principais oportunidades

A Bahia reúne condições para ampliar o protagonismo da produção terrestre de petróleo e gás natural e utilizar sua infraestrutura energética como vetor de novos investimentos. Entre as principais oportunidades, destacam-se:

- **Revitalização de campos maduros e aumento do fator de recuperação:** ampliar a vida útil dos reservatórios por meio de investimentos em recuperação avançada, novas tecnologias de produção e otimização operacional.
- **Fortalecimento da Bacia do Recôncavo como polo de produção independente:** consolidar a região como referência nacional em operação de campos maduros, serviços especializados, inovação e desenvolvimento de fornecedores.

- como referência nacional em operação de campos maduros, serviços especializados, inovação e desenvolvimento de fornecedores.
- ▪ Fortalecimento das Bacias do Recôncavo e de Tucano como polos de produção independente: consolidar o Recôncavo como referência nacional na operação de campos maduros e estimular a ampliação da atividade exploratória e o aproveitamento do potencial de gás na Bacia de Tucano e Tucano Sul, fortalecendo a cadeia de serviços, a inovação e o desenvolvimento de fornecedores.
- **Expansão do mercado livre de gás natural:** ampliar a concorrência, a liberdade de contratação e as alternativas de comercialização do gás produzido no Estado.
- **Integração entre gás natural e desenvolvimento industrial:** aproximar a oferta de gás dos polos industriais e de novos consumidores, utilizando energia competitiva como instrumento de atração de investimentos.
- **Interiorização do consumo de gás natural:** ampliar soluções de distribuição em pequena escala, como GNC e GNL, para atender polos produtivos não conectados à rede canalizada.
- **Fortalecimento da cadeia local de fornecedores:** ampliar a integração entre operadoras, fornecedores, universidades e instituições de ensino, elevando a competitividade das empresas baianas.

4.3 Principais gargalos

Apesar de suas vantagens competitivas, o Estado enfrenta desafios que podem afetar a continuidade dos investimentos e a expansão da atividade produtiva.

4.3.1 Competitividade tributária e proporcionalidade regulatória

Os campos maduros e os projetos exploratórios possuem características econômicas e operacionais que exigem um ambiente tributário e regulatório previsível e proporcional. A criação de novos encargos, taxas ou exigências incompatíveis com a realidade desses ativos pode comprometer investimentos, reduzir a produção e antecipar o abandono de campos economicamente sensíveis.

A preservação dos benefícios associados ao REPETRO e a busca por um ambiente tributário equilibrado são fundamentais para assegurar a competitividade do setor.

4.3.2 Celeridade e previsibilidade do licenciamento ambiental

A produção terrestre envolve grande número de poços, instalações e intervenções operacionais distribuídas em diversos municípios. Nesse contexto, a eficiência dos processos conduzidos pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) possui impacto direto sobre a continuidade das operações e a realização de novos investimentos.

O fortalecimento institucional do órgão ambiental, a digitalização dos processos, a definição de critérios objetivos e a adoção de procedimentos proporcionais aos riscos das atividades podem elevar a eficiência sem reduzir os padrões de proteção ambiental.

4.3.3 Consolidação do mercado de gás

A Bahia avançou na regulamentação do mercado de gás natural, inclusive com instrumentos recentes relacionados à movimentação de gás, plataformas de negociação e redes locais. O desafio é assegurar implementação efetiva, estabilidade regulatória, transparência tarifária e acesso não discriminatório à infraestrutura de distribuição.

A consolidação desse ambiente é essencial para ampliar a concorrência, atrair novos consumidores e criar alternativas de monetização para o gás produzido por operadores independentes.

4.3.4 Proibição do fraturamento hidráulico

A tramitação de propostas legislativas que estabeleçam restrições genéricas ao fraturamento hidráulico pode limitar a avaliação do potencial de recursos não convencionais e antecipar decisões que devem considerar critérios técnicos, científicos, ambientais e regulatórios.

A ABPIP entende que eventuais projetos devem ser avaliados caso a caso pelas autoridades competentes, com base no licenciamento ambiental e na regulação aplicável, assegurando critérios técnicos e elevados padrões de proteção ambiental.

4.4 Prioridades para o próximo Governo Estadual

A ABPIP propõe que o próximo Governo do Estado:

- Preserve a competitividade tributária e regulatória das atividades de exploração e produção, garantindo previsibilidade e segurança aos investimentos.

- Modernize e fortaleça o INEMA, ampliando a digitalização dos processos, estabelecendo prazos mais previsíveis e promovendo maior proporcionalidade regulatória.
- Fortaleça a governança regulatória do mercado de gás natural e a atuação da AGERBA, assegurando transparência, estabilidade e condições favoráveis ao desenvolvimento do mercado livre.
- Estruture programa estadual de melhoria da infraestrutura logística, priorizando a recuperação das rodovias utilizadas pelas atividades de petróleo e gás.
- Desenvolva estratégia estadual para ampliação do consumo de gás natural, integrada às políticas industriais, energéticas e de desenvolvimento regional.
- Apoie projetos de revitalização das Bacias do Recôncavo e Tucano Sul e de recuperação avançada de campos maduros e de economicidade marginal, ampliando a vida produtiva dos ativos.
- Apoie projetos de revitalização da Bacia do Recôncavo e de recuperação avançada de campos maduros, ampliando a vida produtiva dos ativos.
- Fortaleça fornecedores locais, qualificação profissional e inovação, aproximando empresas, universidades, institutos de pesquisa e instituições de ensino técnico.
- Aprimore a coordenação entre Governo Estadual, municípios produtores, órgãos reguladores e setor produtivo, acelerando investimentos e enfrentando gargalos estruturais.





5. MAPA LEGISLATIVO ESTADUAL DE APOIO

A implementação desta Agenda depende não apenas de novas políticas públicas, mas também da preservação e do aperfeiçoamento do ambiente legislativo, tributário e regulatório do Estado da Bahia.

Nesse sentido, a ABPIP identifica iniciativas que contribuem para a competitividade da indústria de petróleo e gás natural e que devem ser preservadas ou aprimoradas, assim como normas e proposições que merecem revisão ou acompanhamento por ampliarem custos, criarem sobreposições regulatórias ou afetarem a economicidade e a previsibilidade dos investimentos.

Proposição	Tema	Pleito da Abpip	Fundamentação
Dec. nº 18.289/2018, alterado pelo Dec. nº 19.781/2020	REPETRO-SPED e REPETRO-Industrialização	**Preservar**	Internaliza benefícios de ICMS aplicáveis a bens e mercadorias destinados às atividades de E&P, contribuindo para a competitividade tributária e a previsibilidade dos investimentos.
Resolução AGERBA nº 42/2025	Serviço de Movimentação de Gás Canalizado - SMGC	**Preservar e aperfeiçoar**	Regulamenta o serviço de movimentação de gás canalizado e deve contribuir para acesso transparente, não discriminatório e competitivo ao sistema de distribuição.
Resolução AGERBA nº 10/2025	Plataforma Eletrônica de Aquisição e Oferta de Gás - PEG	**Preservar e aperfeiçoar**	Cria instrumento de negociação e padronização contratual que pode ampliar transparência, liquidez e concorrência no mercado estadual de gás natural.
Resolução AGERBA nº 42/2024	Redes locais de distribuição de gás natural	**Apoiar a aprovação**	Disciplina projetos estruturantes de redes locais e pode favorecer a interiorização do consumo e a conexão de novos polos industriais e consumidores.
PL nº 25.402/2024	Proibição do fraturamento hidráulico	**Atuar pela rejeição**	Propõe proibição estadual genérica do fraturamento hidráulico. A avaliação da técnica deve observar critérios científicos, ambientais e regulatórios, evitando vedação abstrata que limite oportunidades de exploração.
PL nº 26.164/2026	Destinação de créditos judiciais da Bahiagás	**Aprovar com aperfeiçoamentos**	A proposta pode contribuir para modicidade tarifária, infraestrutura e fortalecimento do mercado de gás, devendo assegurar transparência, governança e neutralidade concorrencial.

Além das medidas de competência estadual, proposições em tramitação no Congresso Nacional podem produzir impactos relevantes sobre a competitividade, os investimentos e a continuidade das atividades de petróleo e gás natural no Estado da Bahia. Diante da relevância da produção terrestre, dos campos maduros, da indústria de gás natural e das Bacias do Recôncavo e Tucano para a economia baiana, o Governo do Estado pode exercer papel relevante na articulação dessas pautas junto à bancada federal da Bahia, ao Governo Federal e aos demais estados produtores, apoiando iniciativas que contribuam para a expansão dos investimentos e se posicionando diante daquelas que possam elevar custos, reduzir a competitividade ou gerar insegurança jurídica para o setor. Nesse contexto, a ABPIP destaca, entre as proposições acompanhadas em sua Agenda Legislativa 2026/2027, as seguintes matérias de especial interesse para o Estado da Bahia:

Proposição	Tema	Pleito da Abpip	Fundamentação
PL nº 3.652/2026	Marco regulatório dos campos maduros, de economicidade marginal e microcampos	Apoiar a aprovação	Cria marco específico para ativos economicamente sensíveis, com maior proporcionalidade regulatória, simplificação administrativa e instrumentos voltados à continuidade da produção, especialmente relevantes para a Bahia.
PL nº 4.663/2016	Fomento a campos de economicidade marginal	Apoiar a aprovação	Reconhece as particularidades desses ativos e prevê regime regulatório diferenciado, simplificação de procedimentos e possibilidade de redução de royalties, contribuindo para prolongar sua vida produtiva.
PL nº 1.935/2019	Fraturamento hidráulico não convencional	Atuar pela rejeição	A proibição ampla da técnica pode limitar o desenvolvimento de recursos não convencionais e a expansão da oferta de gás natural em bacias terrestres, devendo o tema ser tratado com base em critérios técnicos e regulatórios.
PL nº 4.623/2019	Política de uso do bioma da Caatinga	Atuar pela rejeição	A criação de novas restrições e condicionantes pode gerar sobreposição com o arcabouço ambiental vigente, ampliar custos e reduzir a previsibilidade de projetos, especialmente no ambiente onshore.
PL nº 3.834/2025	Alterações na Lei Geral do Licenciamento Ambiental	Atuar pela rejeição	A reabertura de regras recentemente estabelecidas pode reduzir a previsibilidade do licenciamento e aumentar o risco de judicialização, com impactos relevantes sobre operações terrestres.
PL nº 5.802/2025	Desconcentração do mercado de gás natural	Apoiar a aprovação	Amplia a concorrência e o acesso à infraestrutura, favorecendo a monetização da produção de gás por operadores independentes e o desenvolvimento do mercado.
PL nº 399/2025	Taxa de Fiscalização e regime regulatório da ANP	Acompanhar e buscar aperfeiçoamentos	A criação de novas hipóteses de cobrança pode elevar custos para produtores independentes e ativos de menor economicidade, devendo observar proporcionalidade e segurança jurídica.



6. COMPROMISSOS PARA OS PRIMEIROS 100 DIAS DE GOVERNO

1. **Instituir a Mesa Estadual de Competitividade do Petróleo e Gás (Mesa Baiana de E&P):**

Reunir Governo Estadual, INEMA, AGERBA, municípios produtores, setor produtivo e demais instituições para acompanhar investimentos e identificar gargalos regulatórios, ambientais e de infraestrutura.

2. **Apresentar plano de modernização do licenciamento ambiental do INEMA:**

Estabelecer manual de procedimentos claros, prazos máximos de resposta e ritos simplificados para intervenções de rotina em campos terrestres maduros e economicidade marginal.

3. **Fortalecer Institucional e Tecnicamente a AGERBA:**

Dotar a agência de capacidade técnica e assegurar transparência regulatória na consolidação do mercado livre de gás e na metodologia tarifária de distribuição.

4. **Lançar a Estratégia Estadual do Gás Natural e Interiorização:**

Mapear a demanda de gás nos polos industriais, cerâmicos, agrícolas e de mineração do interior do Estado, conectando-os aos produtores locais.

5. **Criar Grupo de Trabalho de Competitividade Tributária:**

Avaliar ICMS, taxas e demais custos estaduais incidentes sobre as atividades de E&P e gás natural, buscando preservar a competitividade de campos maduros e ativos de menor economicidade.

6. **Instituir o Programa de Apoio à Revitalização da Bacia do Recôncavo e Tucano Sul:**

Estruturar ações conjuntas entre Estado, municípios e setor produtivo para incentivar investimentos, recuperação avançada, ações de apoio para o redesenvolvimento dos campos em produção e melhor aproveitamento da infraestrutura existente.

7. **Lançar o Programa Baiano de Qualificação e Fornecedores de Energia:**

Articular operadoras, fornecedores, universidades, institutos de ensino e Sistema S para ampliar a qualificação profissional, a inovação e a participação de empresas locais.

8. **Criar uma agenda de articulação federativa:**

Aproximar o Governo da Bahia, bancada federal, ANP, MME e demais estados produtores para defender pautas de interesse da produção terrestre.





6. CONSIDERAÇÕES FINAIS



A Bahia possui recursos, infraestrutura, conhecimento e uma cadeia empresarial capazes de sustentar um novo ciclo de investimentos em petróleo, gás natural e energia.

Petróleo, gás natural, infraestrutura, tecnologia, qualificação profissional e segurança jurídica constituem ativos estratégicos para impulsionar a produtividade da economia, fortalecer a indústria, ampliar oportunidades e promover o desenvolvimento regional.

Estados que combinarem energia competitiva, instituições fortes, regulação moderna, licenciamento eficiente e visão estratégica de longo prazo estarão mais preparados para disputar investimentos e gerar crescimento sustentável.

A ABPIP coloca-se à disposição dos governos estaduais, Assembleias Legislativas, agências reguladoras, órgãos ambientais, municípios, universidades e setor produtivo para contribuir tecnicamente com a implementação desta agenda.

Mais do que um conjunto de propostas setoriais, esta Agenda representa uma visão de desenvolvimento baseada em competitividade, cooperação, inovação e geração de oportunidades.

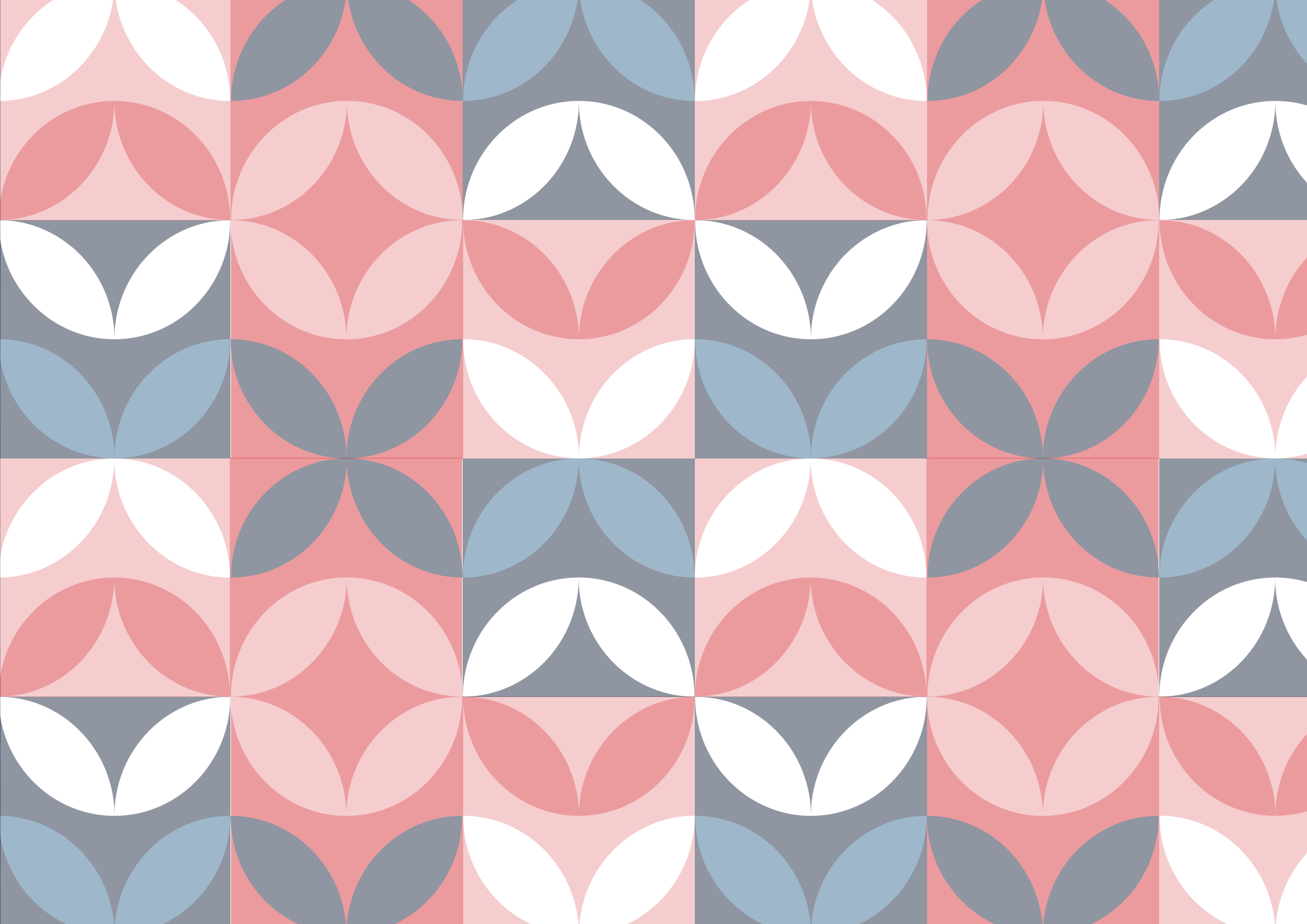
Energia competitiva, segurança jurídica e produção independente são instrumentos para transformar potencial econômico em desenvolvimento para a população.

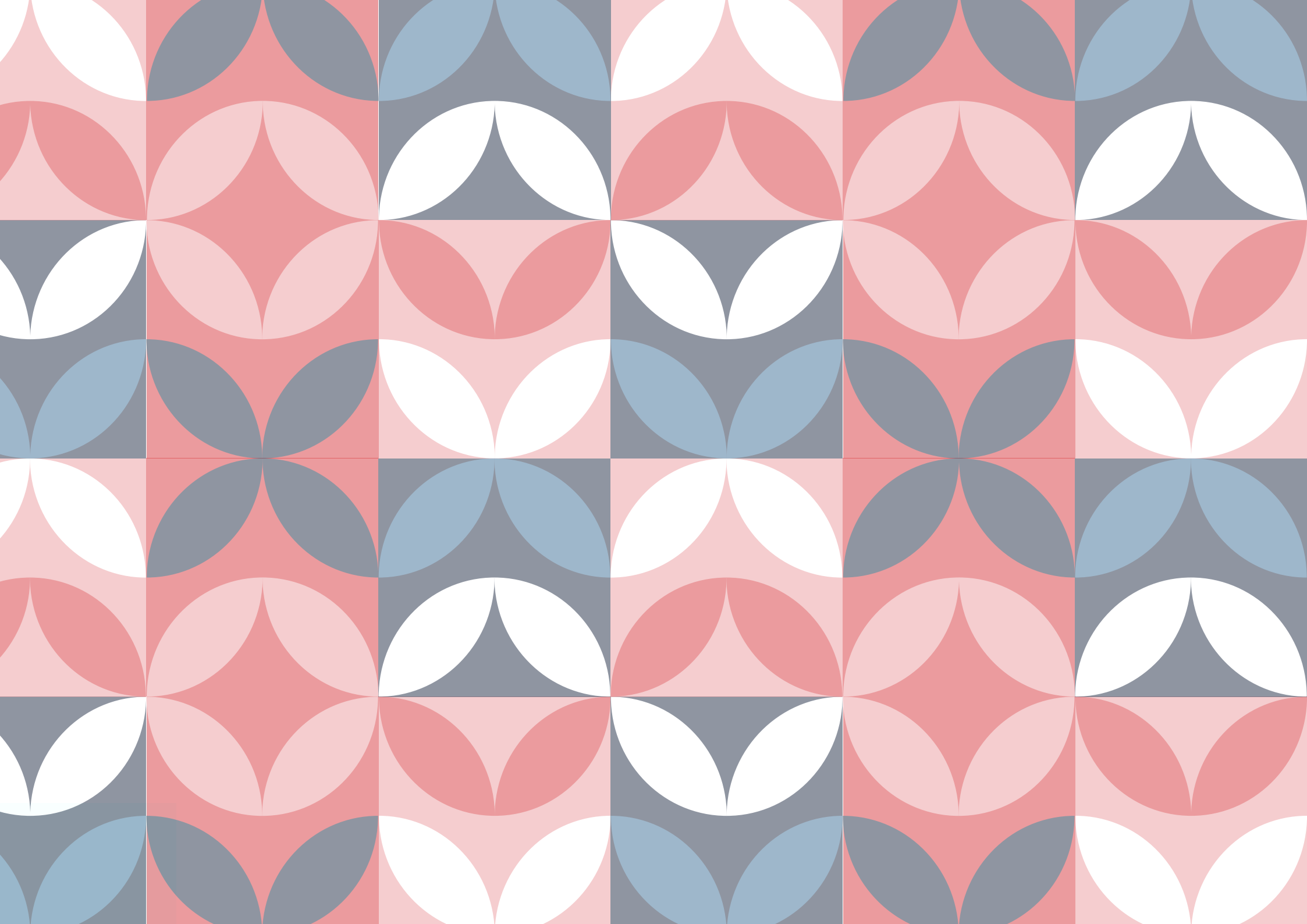












Associação Brasileira dos
Produtores Independentes
de Petróleo e Gás

2026

www.abpip.org.br

secretaria@abpip.org.br

Av. Almirante Barroso, 52 - Centro, Rio de Janeiro/RJ
10° andar, sala 1002
CEP: 20.031-918

abpip

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS
PRODUTORES INDEPENDENTES
DE PETRÓLEO E GÁS